

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

O CUSTO DA MÃO DE OBRA NA CHINA.

Maria Eduarda Proença Migliora

Matrícula: 0913383

Orientador: Luiz Roberto Cunha

Mai 2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

O CUSTO DA MÃO DE OBRA NA CHINA.

Maria Eduarda Proença Migliora
Matrícula: 0913383

Orientador: Luiz Roberto Cunha
Maio 2013

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do Autor.

Sumário

Introdução.....	5
Primeira razão para aumento do custo: Reformas Institucionais.....	7
Segunda razão para o aumento do custo - Transição demográfica.....	12
Terceira razão para o aumento do custo: Diminuição da migração de trabalhadores da área rural para urbana.....	17
Relação entre os salário e produtividade.....	20
Relações Comerciais entre Brasil e China.....	22
Conclusão.....	28
Referências Bibliográficas.....	29

Índice de figuras e tabelas:

Figura 1:Quantidade de trabalhadores privados como proporção do total de trabalhadores chineses.....	8
Figura 2: Evolução do salário de trabalhadores urbanos de 1978 até 2010.....	10
Figura 3: Retornos a educação na área urbana da China.....	11
Figura 4: Crescimento da população estimado.....	12
Figura 5: Comércio Brasil-China.....	22
Figura 6: Comércio Bilateral China e Brasil.....	23
Figura 7: Principais capítulos exportados pelo Brasil para a China.....	25
Figura 8: Principais capítulos importados pelo Brasil da China.....	26

Introdução

No começo de seu período de reformas, o salário médio de um trabalhador urbano da China era de apenas \$1,004 dólares americanos. Este representava 3% do salário médio pago nos Estados Unidos no mesmo período, e era significativamente menor do que os salários nos países vizinhos, como as Filipinas e a Tailândia. Além disso, podemos verificar que este salário era baixíssimo relativamente à produtividade.

No entanto, em 2010 o salário anual do trabalhador urbano chegou à \$5,487 dólares americanos, salário similar às Filipinas e Tailândia, e maior do que a remuneração em países como a Índia e Indonésia.

Este estudo tem como objetivo melhor examinar essa mudança, entender os possíveis razões e como isto se aplica às relações comerciais entre a China e o Brasil.

Desde suas reformas no final da década de 70, a China atua como uma grande potencia mundial. Com incríveis níveis de crescimento do PIB suportados por um fator chave; a vantagem competitiva que tem por contar com uma grande força de trabalho, que aparece com crescente produtividade.

O funcionamento desta força de trabalho, sua trajetória até hoje e suas projeções futuras, são não só interesse chinês, mas de todo o mundo. Com um mundo cada vez mais globalizado e integrado, países serão afetados pelas mudanças que estão por vir.

Além disso, a China se posiciona como um país de história, política e instituições incomuns, fazendo com que suas análises tragam cada vez mais a integração de aspectos econômicos e políticos. Suas características, como muito específicas e peculiares, potencializam a rapidez de oscilação de suas taxas, como por exemplo, de fecundidade (do baby boom para o “one child policy”), de crescimento da população, e de produtividade, como iremos ver nos próximos capítulos.

O estudo irá abordar primeiramente as possíveis causas do aumento do custo da mão de obra. Iremos focar nossa análise nas seguintes causas:

1. Reformas Institucionais Chinesas: passando por suas principais etapas de transição uma economia onde a força de trabalho é alocada pelo governo, para uma economia onde ela é alocada pelo mercado. Entre elas a migração

de áreas rurais para urbanas, as mudanças no mecanismo de remuneração e a legalização de firmas privadas.

2. Transição demográfica: O fenômeno do baby boom (1950-1978) até a *One Child Policy*, caracterizada como a mais rígida e efetiva política de controle de fecundidade do mundo. Como esta mudança tão radical na taxa de fecundidade, em tão pouco tempo, afeta a economia e principalmente a força de trabalho. Falaremos do *Demographic Dividend* e de perspectivas futuras para neste âmbito.
3. Mudanças estruturais: neste tópico vai expor mudanças no custo de imigração, tal como características estruturais do país que atuam em favor do aumento do salário. Serão melhor explicadas as regras e implicações do *Hukou* e o fenômeno chamado de *flying geese* que colabora para o aumento no custo de imigração.

Uma segunda parte irá analisar a relação entre o salário e a produtividade, a partir de índices do PIB, da força de trabalho e da produtividade e a evolução destas três variáveis, dando bastante foco à relação entre a produtividade e o salário, que sofre grandes mudanças ao longo do tempo. Além disso, o capítulo irá analisar este mesmo efeito a partir da métrica do RULC abreviação para *relative unit labor cost*, que é a razão entre o salário e a produtividade, já refletindo flutuações cambiais, diferenças entre salários internacionalmente e a produtividade.

A terceira parte tratará das relações entre a China e o Brasil por uma ótica de economia internacional, as vantagens comparativas de cada um e os benefícios para os dois países.

Como resultado, pretende-se entender as dinâmicas chinesas do custo de mão de obra, sua história, cultura e estrutura. Podendo assim, compreender as causas do fenômeno, sua magnitude, consequências e perspectivas futuras para o cenário chinês, além do que isto quer dizer para as relações comerciais entre o Brasil e a China.

Primeira razão para aumento do custo: Reformas Institucionais

Estudos recentes mostram que reformas institucionais chinesas, que se deram no começo dos anos 90, tiveram grande influencia no aumento do custo de mão de obra. Em particular, as reformas no setor trabalhista urbano protagonizaram estas mudanças.

Segundo estudo de Fleisher and Wang (2004) sobre as reformas institucionais neste período, a economia chinesa foi transformada de um sistema de alocação de trabalho planejado pelo governo, para um sistema de alocação de trabalho orientado apenas pelo mercado.

No sistema planejado, o governo era responsável pela alocação dos trabalhadores em empresas públicas. Os trabalhos designados para cada um eram praticamente permanentes, dando assim pouquíssima mobilidade e novas oportunidades aos trabalhadores. Os salários eram baixos e fixados pelo governo. Eles variavam principalmente conforme tempo de trabalho e não tinham nenhuma relação com a produtividade. Desta forma, a economia funcionava com baixa produtividade dos trabalhadores e graves problemas de alocação.

A reforma se deu em três etapas principais, segundo estudo de Li, Lei Li, Wu and Xiong (2012). Conforme empresas públicas começaram a apresentar problemas financeiros não conseguindo se sustentar, o governo teve que começar a implantar algumas medidas. A primeira etapa se deu com a criação de incentivos ligados à produtividade nas empresas públicas, permitindo às empresas mais lucrativas o pagamento de salários maiores e em alguns casos até bônus de acordo com o desempenho dos trabalhadores.

Desta forma, a criação das diferenças entre remunerações começou a ser mais significativa. Porém, como empresas privadas ainda não eram permitidas, a mobilidade dos trabalhadores ainda era muito pequena não havendo então a solução do problema de alocação dos trabalhadores.

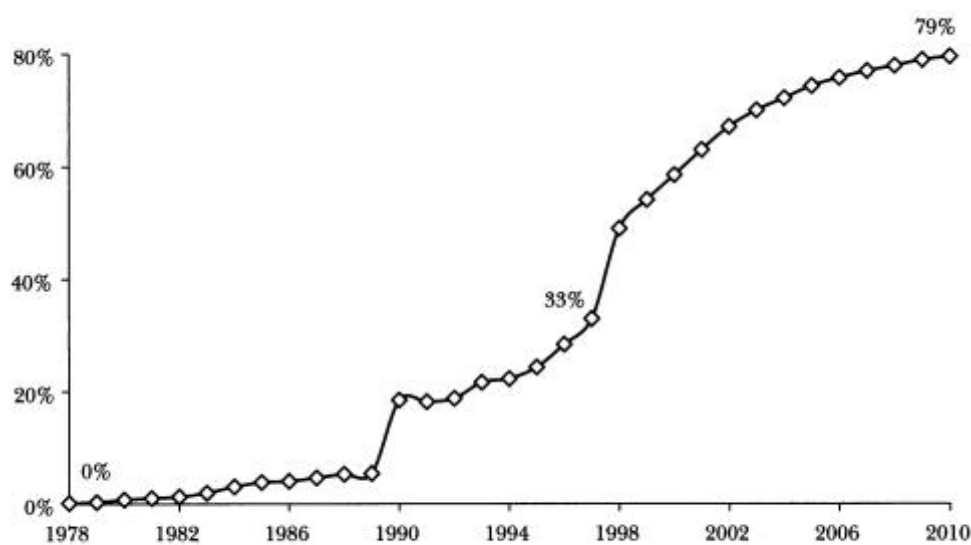
A segunda etapa foi a criação de um mercado de trabalho sem ligação com o governo. O status de firmas privadas começou a ser permitido no país e diversas empresas públicas foram privatizadas. Com o slogan “Grasping the large and letting go of the small”, o movimento teve como consequência a transferências de milhões de pessoas do setor público para o privado. Até o final de 1996, 50% das pequenas empresas estatais

já haviam sido privatizadas, 10 milhões de trabalhadores foram dispensados de empresas públicas em 1996 e 11.51 milhões em 1997. (Cai, Qian and Weingast, 2003)

A figura abaixo, segundo China Statistical Yearbook, mostra a quantidade de trabalhadores privados como proporção do total de trabalhadores chineses durante os anos. A eficácia esta etapa da reforma de privatização é confirmada pelo gráfico, que mostra a evolução do setor privado, a proporção de trabalhadores urbanos em setores privados passou de 0% nos anos 80, para quase 80% em 2010.

Figura 1:

Private Employment as a Proportion of Total Urban Employment



Source: China Statistical Yearbooks.

Na maioria dos países do Leste Europeus, a liquidez e saúde financeira das empresas públicas eram vistas como um grande obstáculo no processo de privatização pela dificuldade de achar compradores. Na China, este cenário é um pouco diferente. Após mais de 50 anos de formas, famílias acumularam quantidades imensas de dinheiro em forma de depósitos bancários. Além disso, como patrimônios líquidos das empresas públicas eram normalmente baixos, muitas vezes próximos de zero, o preço de venda era extremamente baixo. Desta forma, em diversos casos, os próprios trabalhadores tinham dinheiro para comprar a empresa com suas poupanças.

Esta segunda etapa de privatização pode ser descrita por algumas frases chinesas: *panhuo cunliang* que significa a transferência empresas existentes para o setor privado, e *kuochong zengliang* que significa: o crescimento de empresas através de

investimentos privados. Estes dois processos acontecendo simultaneamente, garantem não só que o ativo seja transferido para outra pessoa, mas que garantem a presença de novos recursos que proporcionem o crescimento rápido. O resultado desta, junção bem como a alta taxa de poupança chinesa e o investimento estrangeiro direto possibilitaram que empresas começassem a dar lucro logo depois de suas privatizações. (Cai, Qian and Weingast, 2003)

A terceira etapa do processo se deu com a legalização de migrações de trabalhadores de zonas rurais para zonas urbanas.

O mercado de trabalho de áreas urbanas abriga dois tipos de trabalhadores: migrantes pouco qualificados e trabalhadores de registro urbano (qualificados e não qualificados). O sistema *Hukou*, funciona como um registro de cada família e contém diversas informações sobre cada integrante da família além do registro de onde a pessoa reside. Portanto, aqueles que possuem *hukou* urbano, são registrados no governo como moradores permanentes das cidades. Os migrantes tem o *hukou* rural, mas possuem grande mobilidade.

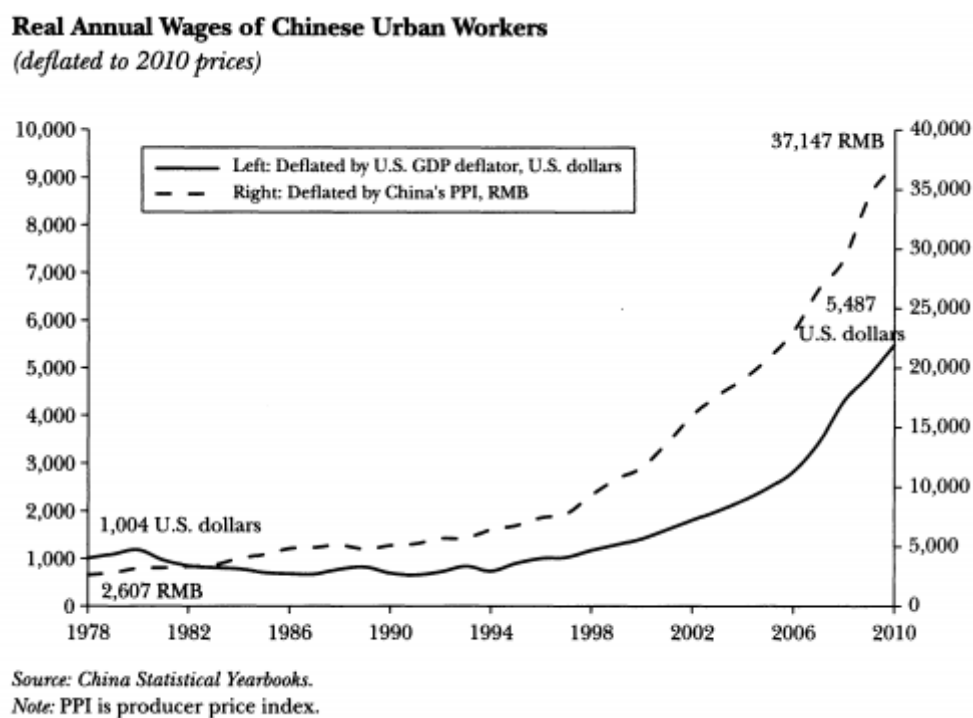
Trabalhadores rurais geralmente moram nas cidades durante o ano onde trabalham, e voltam às suas residências na área rural durante o feriado do ano novo chinês (que dura entre um e dois meses) e durante os picos das temporadas agrícolas. Mesmo com este cenário tendo sofrido alterações nos últimos anos e muitos trabalhadores migrantes terem ficado permanentemente na área urbana, dados mostram que normalmente, um trabalhador que migrou da área rural, passa 2.2 meses do ano em suas residências no campo e 9.8 meses do ano nas cidades, longe de suas residências. (2011 Survey of Off-farm Laborers by China's National Bureau of Statistics).

Além disso, a mobilidade destes trabalhadores não se dá somente da área rural para a urbana. Há também grande mobilidade entre empregos e cidades. Após o feriado do ano novo, a maioria deles voltam às cidades para trabalhar mas grande parte vai para outro emprego ou até para outra cidade. A grande mobilidade estes trabalhadores faz com que seja extramente difícil obter dados sobre todos os trabalhadores chineses.

A figura abaixo, segundo China Statistical Yearbook, mostra a evolução do salário de trabalhadores urbanos de 1978 até 2010. Percebe-se que o crescimento do salário se manteve bem estável até o final dos anos 90, tendo um crescimento de apenas 0,1% de 1978 até 1997. A mudança na inclinação da curva coincide exatamente com todas as reformas citas acima (dividas nas três principais etapas) . é neste momento que

os salários começam a crescer, de 1998 até 2010, o crescimento dos salários chegou à 13.8% (dados são demonstrados pelo China's National Bureau of statistics.) Desta forma, a figura sugere evidencia empírica das reformas terem de fato, sido determinantes para o aumento no custo da mão de obra.

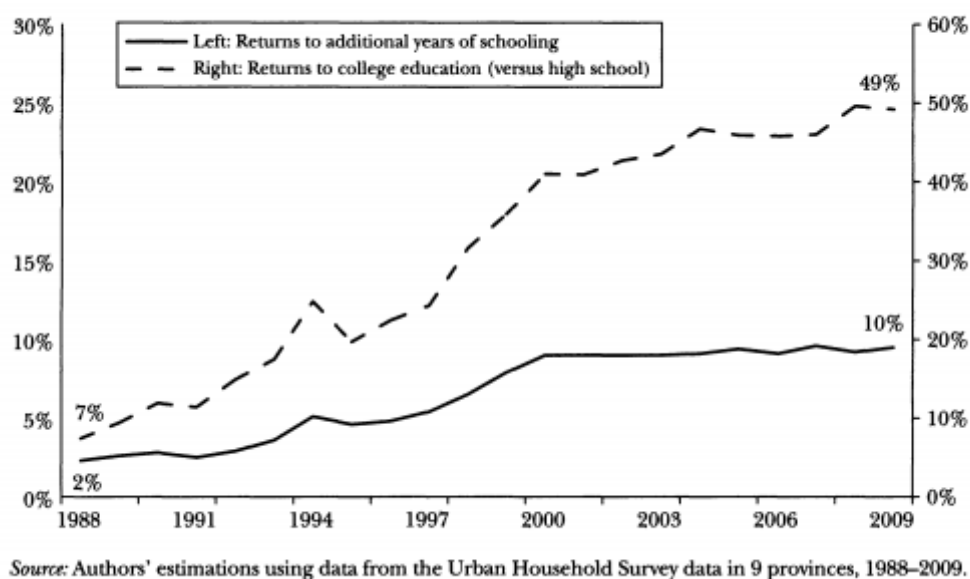
Figura 2:



Outro fator oriundo destas reformas que serviu como chave para evolução dos salários foi o aumento dos retornos da educação. Sugerindo que a relação entre produtividade e salários se tornava cada vez mais forte.

Segue abaixo o resultado do estudo feito por Zang Et. Al (2005):

Figura 3:

Returns to Education in Urban China

O estudo mostra que o retorno para um ano a mais de educação na China em 1988 era de apenas 2.3%. Em 1998, este número aumentou para 9% onde se manteve constante até 2009, quando houve um aumento para 9.7%. Ainda segundo o mesmo autor, este resultado de 2009 aproxima a China da média mundial de retorno à um ano de educação, que é de 9.5%.

Como consequência das reformas institucionais, a China muda seu cenário econômico: de um mercado de trabalho planejado e engessado pelo governo, para um mercado de trabalho orientado em grande parte apenas pelo mercado e suas oscilações. Com um mercado de trabalho praticamente privado e mais competitivo, um estado que aprova a livre migração de trabalhadores para melhor alocação de mão de obra, remunerações cada vez mais baseadas no desempenho dos trabalhadores e à produtividade, aumentando assim os retornos da educação. Resultando assim em uma melhora na eficiência econômica, e no aumento dos salários.

Segunda razão para o aumento do custo - transição demográfica.

Há dois mil anos atrás, a população mundial era de 250 milhões de pessoas. No começo da revolução industrial em 1750, este número triplicou para 728 milhões, conforme estudo de Todaro e Smith, 2009. Nos duzentos anos seguintes, a população cresceu para 2.5 bilhões e desde então, em 60 anos conseguimos alcançar uma população de 7 bilhões de pessoas (fonte: U.S Census Bureau.) Estes dados são demonstrados na tabela abaixo:

Figura 4:

Table 1
Estimated World Population Growth Through History

<i>Year</i>	<i>Estimated Population (in millions)</i>	<i>Estimated Annual Percentage Increase in the Intervening Period</i>
10,000 B.C.	5	
A.D. 1	250	0.04
1650	545	0.04
1750	728	0.29
1800	906	0.45
1850	1,171	0.53
1900	1,608	0.65
1950	2,576	0.91
1970	3,698	2.09
1980	4,448	1.76
1990	5,292	1.73
2000	6,090	1.48
2050 (projected)	9,036	0.45

Source: Warren S. Thompson and David T. Lewis, *Population Problems*, 5th ed. (New York: McGraw-Hill, 1965), p. 384; United Nations, *Demographic Yearbook for 1971* (New York: United Nations, 1971); Population Reference Bureau, *World Population Data Sheet* (Washington, D. C.: Population Reference Bureau, 1998, 2001); United Nations, *Report on the World Social Situation, 1997* (New York: United Nations, 1997) p. 14. (Todaro and Smith, 2009)

Os impactos econômicos e sociais desta explosão populacional tem sido assunto de discussão desde a revolução industrial. Para muitos, com tanta gente o mundo não dará conta, faltará comida, água e espaço para sustentar a população. Para outros, os problemas acima e qualquer outro problema proveniente do aumento da população serão resolvidos por novas tecnologias. Para estes, os maiores períodos de crescimento como a revolução industrial e a “Green Revolution” só foram possíveis, em parte, por conta do aumento da oferta de mão de obra, ainda segundo Todaro e Smith, 2009.

A China passou por um período de 1950 a 1978 conhecido como “Baby Boom”. Durante este período de quase 30 anos, a população passou de 552 milhões para 963

milhões. A fertilidade média por mulher chegou a 5,2. Segundo o estudo de Michael Todaro e Stephen Smith, entre as possíveis consequências para este aumento expressivo da população estão a desigualdade, pobreza, diminuição do crescimento econômico e efeitos negativos sobre o meio ambiente. Para eles, a China sofreu menos do que outros países nesses quesitos, por conta de uma iniciativa de força jamais vista na história da humanidade, chamada “One child policy.”

Algumas teorias suportam estas hipóteses. Uma delas é a teoria de Thomas Malthus, conhecida como “Malthusian Population Trap,” que explica que à medida que a população cresce, o retorno das terras diminui, fazendo assim com que o crescimento da oferta de comida cresça a um ritmo menor do que a população. Como consequência, seria impossível a oferta de alimentos se igualar ao crescimento populacional. Esta teoria é especialmente aplicável a países cujo setor agrícola tem grande participação na economia. Quanto mais pessoas em zonas rurais, mais as terras terão que ser divididas. Diminuindo assim a renda per capita.

Segundo estudo de Burton em 2011, a One-Child-Policy começou na China por um ponto de vista de planejamento econômico. Em 1978, Deng Xiaoping sucedeu o comunista Mao Zedong. Sua política tinha foco em reformas no mercado para o fomento do crescimento econômico e seu objetivo central era chegar a renda (nacional) de US\$1,000 per capita. Conforme projeções foram sendo feitas, Deng verificou que caso a população continuasse crescendo no ritmo dos últimos anos, a renda não chegaria acima do nível de subsistência, e passaria longe de sua meta.

Quando Deng assumiu o governo, algumas importantes preocupações já existiam em torno do crescimento da população, conforme estudo de Scharping em 2003:

- Escassez de comida. A China havia passado alguns anos antes, entre 1959 e 1961, por um período de escassez de comida onde morreram em torno de 16 milhões de chineses morreram.
- Desemprego. Caso o crescimento mantivesse o seu ritmo, o governo não seria capaz de prover trabalho para toda população. A este ponto, o governo estava criando 7 milhões de emprego por ano, mas mais de 10 milhões de crianças estavam nascendo neste mesmo período. Causando assim um crescimento descaído entre a oferta de mão de obra e demanda que poderia causar um problema crônico de desemprego nesta economia.

- Dificuldade de abrigar e educar população. Em 1978, o governo já não estava dando conta de abrigar e educar a população existente. Este é até hoje um problema existente na economia chinesa.
- Danos ao meio ambiente. Diferente de outros países em desenvolvimento onde preocupação com a questão ambiental só será realidade mais tarde, quando a tecnologia será capaz de resolver os problemas, na China ela teve que ser abordada antes. Evidência empírica demonstrada pelo estudo de Ahearn em 2011 foi o tratamento do ar da China, que foi necessário para as Olimpíadas de 2008 em Beijing.

Desta forma, era unanimidade entre os líderes chineses de que algo teria que ser feito para parar o fenômeno.

Assim nasceu a One-Child-Policy, conhecida como a mais estrita política de controle populacional do mundo. As regras, que em grande maioria ainda estão em vigor hoje em dia, eram que: cada mulher poderia ter apenas um filho. Filhos adicionais sofreriam grande taxaço.

Muitos outros países passaram por este tipo de política. Entre eles estão grande potências como a Inglaterra e os Estados Unidos. Porém em nenhum deles o processo se deu de forma tão rápida e eficiente. A Inglaterra levou 200 anos para completar o processo e chegar a níveis baixos de fecundidade (de 1750 a 1955), os Estados Unidos levaram 140 anos (de 1800 a 1950), quanto na China este mesmo processo levou apenas 30-40 anos. Dados retirados do estudo de Greenwood and Seshadri de 2002.

Essa política, junto a outras melhorias sociais e econômicas tiveram grande impacto no nível de fertilidade da população, que caiu de 6 filhos por mulher em 1970 para 1,4 filhos por mulher em 2010, segundo a revista *The Economist* de 2011. Com certeza este foi um dos passos importantes para o crescimento posterior chinês.

Porém, como repetido por economistas, “There’s no free lunch,” e este processo rápido e eficiente trouxe algumas consequências.

Uma parte importante destas consequências é retratada pela comissão de direitos humanos, Tom Lantos Human Rights Commission, 2009. A One-Child-Policy é descrita como “o pior abuso dos direitos humanos no mundo atualmente” por alguns motivos.

A comissão defende que as táticas usadas para o funcionamento desta política foram marcadas por propagandas persuasivas, contraceptivos obrigatórios, permissões para partos, taxas coercivas para dificultar o pagamento e para que sejam evitados os filhos adicionais e, ainda em alguns casos, o aborto forçado.

Os pais destes “filhos adicionais” poderiam ser taxados em dez vezes a sua renda mensal, ser presos, ou até ter seus filhos assassinados. Em casos onde a mulher vencia a pressão e optava por ter o filho, por vezes ela era obrigada a abortar. O estudo da comissão dos direitos humanos, aponta que em um só distrito chinês, eram forçados 10,000 abortos por ano, além disso, The World Health Organization reporta que o índice de suicídios é de 500 mulheres por dia na China, sendo três vezes maior do que de homens.

Além de todas estas consequências sociais, a política trouxe também consequências para a economia e o custo da mão de obra. A transferência rápida para pequenas taxas de fecundidade criou o que é chamado de “dividendo demográfico.”

Esta é a situação onde uma parcela desproporcional da população esta em seus anos de trabalho, e há relativamente muito menos crianças e idosos. Segundo o estudo de Hongbin Li, Le li, Binzhen Wu e Yangyan Xiong, quando indivíduos da época do “Baby boom” chegaram aos seus anos de trabalho, a força de trabalho chinesa aumentou de 583 milhões em 1980 para um bilhão em 2011. A parcela da população inserida no mercado de trabalho passou de 59,8% em 1980 para 74,4% em 2011.

Com a baixa fertilidade destes “baby boomers” inseridos no mercado de trabalho, poucos destes trabalhadores tem muitos filhos para sustentar. Gerando assim uma taxa de pequena de dependência dos filhos na renda destes trabalhadores. O que é acompanhado por grandes taxas de poupança, grande oferta de mão de obra e grande disponibilidade de tempo para o trabalho. Fatores estes, que são extremamente benéficiais para o crescimento da economia.

Porém, esta mesma transição demográfica agora bota a China em uma posição onde a força de trabalho irá crescer em um ritmo muito menor. Por conta da queda do índice de fertilidade dos “baby boomers,” o crescimento da mão de obra vem diminuindo e deve diminuir ainda mais.

Estudo das Nações Unidas de 2011 mostram que a expectativa é que a população comece a diminuir em 2015, e que o pico da curva de força de trabalho já tenha sido em 2011. Essas projeções, que assumem que não haverá aumento no crescimento da

fecundidade, estimam que a porcentagem da população inserida no mercado de trabalho irá cair para 62% e a proporção de idosos subirá para 29%, que correspondem exatamente a aqueles nascidos no baby boom.

Com uma menor oferta por trabalhadores, o custo desta mão de obra continuará subindo cada vez mais. Hoje em dia, a China já está sofrendo com a escassez de mão de obra mencionada. 2010 foi o primeiro ano onde a quantidade de trabalhos criados excedeu a quantidade de trabalhadores a procura de trabalho e a tendência é que este número aumente em uma velocidade próxima à diminuição da taxa de fecundidade do One-Child-Policy.

Há diversas propostas de relaxamento da One-child-Policy pela necessidade de mão de obra que o país passa. Hoje em dia, casais que são filhos únicos já podem ter um segundo filho. Outras propostas mais extremas como a remoção de todos os tipos de controle de fecundidade estão em estudo, porém estão sofrendo grande resistência de empresas ligadas ao setor de controles de fecundidade e da população que foi penalizada pela a política anteriormente.

Terceira razão para o aumento do custo: Diminuição da migração de trabalhadores da área rural para urbana.

A terceira e ultima razão para o aumento do custo que será abordada neste estudo, será a diminuição da migração de trabalhadores. Este capítulo será baseado no estudo feito por Hongbin Li, Lei li, Binzhen Wu e Yanyan Xiong em 2012, além de pesquisas feitas por Brauw, Huang, Rozelle, Chang and Zhang em 2002.

Um fator importante para manter o custo com o trabalhador competitivo frente ao resto do mercado, foi a grande quantidade de trabalhadores rurais que começaram a migrar para áreas urbanas. Esta migração foi impulsionada pelas reformas institucionais citadas no capítulo 2. Desde então, migrantes tiveram um papel chave, pois proporcionaram a diversificação do mercado de trabalho, melhorando assim a locação da mão de obra. Além disso, o país sempre sofreu com a diferença de renda significativa entre a área rural e urbana, esses migrantes promoveram transferência de renda da área urbana para o campo, diminuindo a desigualdade entre as duas áreas.

Segundo livros de estatística chineses, o número de migrantes subiu de 25 milhões em 1985 para 159 milhões em 2011. Porém, desde então verificamos uma diminuição no número de migrações.

Uma barreira para as migrações é o sistema chinês *hukou*. O sistema de registro de famílias foi implementado em 1950 para consolidação do governo socialista. Ele é uma efetiva forma de intervenção e controle do estado sobre o mercado e suas transferências. O *hukou* proporciona, sobretudo, o controle da migração doméstica e administração da economia planejada pelo governo. Ele é um registro que especifica se o cidadão nasceu em área urbana/rural e aonde suas mudanças desde então. Este certificado limita a migração pois estabelece que cidadãos só podem auferir de serviços e bens públicos em sua área de nascimento.

O *hukou* é obrigatório para a legalização do cidadão chinês dentro do país. É a partir dele que se consegue o acesso à carteira de identidade e de motorista, matrícula nas escolas e até o registro em planos de saúde. No começo dos anos 90, todos os benefícios oferecidos pelo governo chinês eram distribuídos a partir dele. Apenas cidadãos que estavam na área natal poderiam receber as roupas e comida distribuídas pelo governo.

Com os anos, a rigidez do sistema foi diminuindo, mas a barreira a migração continua existindo. Isto ocorre por conta da grande diferença na qualidade de serviços e bens públicos oferecidos na zona rural e na zona urbana. A grande maioria do gasto e dispêndio do governo é direcionado para área urbana. Este abismo que separa as duas zonas é o que impede que o sistema seja liquidado.

As diferenças de renda e sociais entre as duas áreas, fazem com que moradores de áreas urbanas não tenham interesse no fim do sistema. Os privilegiados não querem dividir os seus serviços com os moradores rurais. Muito pelo contrário, qualquer iniciativa do governo de integração entre duas áreas tem grande resistência da parte urbana. Gera-se assim um efeito “bola de neve”, onde a diferença entre as áreas fomenta o aumento destas diferenças. Um exemplo desta resistência foi quando o governo propôs permitir que estudantes rurais participassem dos testes de admissão em faculdades urbanas. A medida não foi para frente por conta da grande resistência urbana.

Segundo o National Bureau of statistics, a proporção de migrantes diminuiu de 53% em 2008 para 47% em 2011. Esta diminuição foi mais expressiva em áreas mais pobres, onde cidadãos rurais começam a optar pelo trabalho perto de casa.

Com o aumento do custo das terras e da mão de obra nos grandes centros, há uma tendência de fábricas e empresas de se deslocarem para o interior. Desta forma, torna-se muito mais vantajoso para os trabalhadores ficar perto de casa.

Um exemplo desta mudança muito abordado pela mídia foi da empresa Foxconn Technology Group. O grupo é o maior produtor de eletrônicos do mundo, e é fornecedor de grandes marcas como Sony, Apple e Nokia. A planta foi transferida da área costeira de Shenzhen para o interior do país, no entorno de Hebei. Estas mudanças foram justificadas pela empresa pelo aumento do custo da mão de obra.

Muitos economistas argumentam que este fenômeno é limitado. Krugman, por exemplo, defende que se trata do que ele chama de uma “lock-in hypothesis,” que iremos explicar mais para frente.

Nos anos 80, o governo chinês determinou cinco áreas econômicas especiais, que deveriam ser ocupadas por grandes indústrias. Nenhuma delas era no interior, todas eram costeiras. A aglomeração destas áreas foi aumentando à medida que a economia cresceu e mais indústrias se instalaram nos países. Com mais demanda por estes terrenos e oferta limitada, os preços dos terrenos foram subindo. Além, é claro, da mão de obra,

que com grande quantidade de oferta frente a todas as empresas instaladas nesta região, conseguiam uma remuneração melhor. O aumento nestes custos pode ser observado não só na China como em outros países no Leste asiático.

Para Krugman, com a maior quantidade de indústrias instaladas na mesma área, há um ganho de escala na produção. Este ganho é explicado por conta das chamadas “forward linkages” e “backward linkages”. As “forward linkages” são as relações onde, o sucesso da indústria produtora, consegue promover o sucesso da empresa que é o próximo consumidor na cadeia de produção. Um exemplo desta relação é quando o sucesso de uma empresa de matéria prima, oferece oferta e acarreta o sucesso da empresa que utiliza esta matéria prima para fabricação do produto final.

A “backward linkage” acontece na situação inversa, quando a grande quantidade do lado da demanda da cadeia de produção, acarreta o crescimento da oferta. Isto ocorre porque para o sucesso de uma parte da cadeia de produção, todas as outras partes devem acompanhar. Quando estes linkages são feitos de forma eficiente, a oferta e demanda de diversas partes da cadeia de produção conseguem se encontrar mais rápido, diminuindo seu custo.

Além disso, Krugman diz que a diminuição das barreiras comerciais chinesas também teve grande participação na aglomeração destas empresas.

Relação entre os salário e produtividade

Neste capítulo busca entender melhor a relação entre a o salário, a produtividade e a valorização cambial chinesa. Desta forma, conseguiremos entender os efeitos reais do fenômeno. A base para este capítulo foi o estudo de Ceglowski e Golub de 2007.

O estudo une estes três fatores ao analisar o custo unitário relativo de trabalho, que é a razão entre o salário e a produtividade. Ele reflete flutuações cambiais, diferenças entre salários internacionalmente e a produtividade. Com isso, o chamado (RULC) abreviação para “relative unit labor cost,” será utilizado como medida para a análise de competitividade internacional.

Como qualquer índice de competitividade, o RULC não é uma medida perfeita da competitividade de custos internacionais. Ele considera a mão de obra como o único fator de produção variável no tempo entre países. Porém, muitos dos fatores como custos de energia, capital humano, infraestrutura, qualidade das instituições entre outros, são inseridos indiretamente no modelo, pois afetam a produtividade, que está inclusa.

Primeiro, ao comparar o RULC da China em relação aos Estados Unidos, podemos verificar que o custo da China caiu 70% em relação ao custo nos Estados Unidos nos anos 1980. Já nos anos 90, este custo caiu apenas 30%, demonstrando assim uma desaceleração da diminuição do custo da mão de obra no tempo.

Quando olhamos para o RULC da China em comparação com outros países, percebemos que o custo, além de ser menor do que em países desenvolvidos, é menor também do que em países em desenvolvimento como Índia, Malásia e México. Além disso, pode-se verificar que o aumento do salário aumentou muito menos do que a produtividade neste período.

Quando olhamos para o período após 1997, é possível verificar uma mudança neste cenário. A partir de então, o salário cresce a uma velocidade maior do que a produtividade. No ano de 2002, o custo unitário relativo do trabalho na China já era 63% do custo da Malásia e 70% do custo da Coreia, dada uma serie temporal crescente.

Outra maneira de verificar este mesmo efeito é demonstrada no estudo de Hongbin Li, Lei Li, Binzhen Wu e Yanyan Xiong. Nele, são comparados os aumentos no PIB, com o aumento da força de trabalho e com o aumento no salário.

São destacados dois períodos onde mudanças nesses índices é expressiva. O primeiro período é entre 1982 e 1997 e o segundo entre 1997 e 2010.

Do período de 1982 até 1997, o PIB da China (convertido pelo cambio oficial e deflacionado para dólares em 2010) cresceu 5,5%. Enquanto a força de trabalho cresceu 1,9%. Portanto, a produtividade cresceu 3,6% no período. Já o salário teve um crescimento de apenas 1,3%. Comparando os dois dados acima, verificamos que o aumento da produtividade foi de quase o triplo do aumento do salário. De 1982 até 1997 o custo da mão de obra era barato em relação à produtividade. Sugerindo que os trabalhadores estavam ficando mais produtivos e salários não estavam acompanhando na mesma proporção. Portanto, trabalhadores estavam produzindo mais, por menos.

É possível observar uma mudança clara no período de 1997 a 2010. Neste período o crescimento do PIB da China foi maior, de 12,7%, enquanto o crescimento da força de trabalho foi de 1,4. Portanto, o crescimento da produtividade foi de 11,3%, um crescimento muito maior do que no período observado. Porém o crescimento dos salários foi ainda maior, e chegou à marca de 13,8%. O crescimento do salário superou o crescimento da produtividade, e de fato, a mão de obra foi se tornando mais cara.

É válido ressaltar a importante diferença nos números entre esses dois períodos, principalmente o aumento incrível de produtividade, que é ofuscado por um aumento ainda mais expressivo nos salários no país.

Relações Comerciais entre Brasil e China

Neste capítulo vamos verificar a evolução do comércio Brasil e China no tempo, identificar as principais vantagens comparativas dos países nesta troca e entender as políticas comerciais que pautam essa relação.

Segundo o Informativo da Confederação Nacional da Indústria, a China é o principal parceiro comercial do Brasil. É a maior importadora de produtos brasileiro e a segunda maior exportadora de produtos para o Brasil, ficando apenas atrás dos Estados Unidos, que são ocupam o posto de principal fornecedor.

Figura 5:

Comércio Brasil - China									
US\$ milhões									
Anos	Exportações			Importações			Saldo Comercial	Corrente Comércio	Var%
	China	Var	Part. %	China	Var	Part. %			
2000	1.085	60,51	1,97	1.222	41,25	2,19	-137	2.307	49,70
2001	1.902	75,26	3,26	1.328	8,70	2,39	574	3.231	40,01
2002	2.521	32,54	4,17	1.554	16,98	3,29	967	4.075	26,14
2003	4.533	79,83	6,19	2.148	38,21	4,44	2.386	6.681	63,96
2004	5.441	20,03	5,63	3.710	72,76	5,91	1.731	9.152	36,98
2005	6.835	25,61	5,77	5.355	44,31	7,28	1.480	12.190	33,19
2006	8.402	22,93	6,10	7.990	49,23	8,75	412	16.393	34,48
2007	10.749	27,93	6,69	12.621	57,95	10,46	-1.872	23.370	42,56
2008	16.442	52,96	8,29	20.044	58,78	11,57	-3.603	36.443	55,94
2009	20.191	22,80	13,20	15.912	-20,62	12,46	4.279	36.102	-0,93
2010	30.786	46,57	15,25	25.593	60,85	14,09	5.193	56.379	56,16
Janeiro - Abril									
2010	7.178		13,20	6.918		13,25	260	14.096	
2011	11.042	53,83	15,46	9.396	35,82	14,16	1.646	20.438	44,99

Fonte: Secex/MDIC

A tabela acima, exposta no informativo, demonstra a evolução do mercado de 2000 a 2010.

Quando olhamos para a exportação, verifica-se que a participação da China nas vendas de produtos brasileiro para o exterior vem em tendência crescente. Em 2000, apenas 1,97% dos produtos exportados pelo Brasil tinham como destino a China. Oito anos depois, em 2008, a participação quase que quadruplicou, chegando aos 8,29%.

Dois anos depois ela chegou aos 15,25%, com 30 bilhões e 786 milhões de dólares exportados.

Quando olhamos para as importações de produtos chineses, é possível identificar que em 2000, a participação era de 2,19%, com a importação de 1 bilhão e 222 milhões de dólares. Dez anos depois, a participação chegou à marca de 14,09%, quase sete vezes o resultado anterior.

O fluxo do comércio bilateral, que em 2010 era de 2 bilhões e 307 milhões de dólares, em 2009 atingiu 36 bilhões e 109 milhões de dólares, e apenas um ano depois, aumentou 56,16%, chegando ao recorde de 56 bilhões e 379 milhões de dólares.

Ao olharmos para o saldo da balança comercial, vemos que a tendência da curva não foi sempre crescente como nos outros dois indicadores.

Figura 6:



O gráfico acima, elaborado a partir da série de dados de saldo comercial demonstrada na tabela “Comercio Brasil e China,” pode-se verificar a instabilidade do saldo no tempo. É possível observar a maior queda no começo de 2008, no meio da crise econômica mundial, onde as importações chinesas superaram as exportações para a China em 3 bilhões e 603 milhões de dólares.

Após este período, pode-se observar o aumento na inclinação da curva, que vem demonstrando crescentes saldos positivos da balança brasileira, que chegou ao recorde de 5 bilhões de dólares em 2010.

Com a China sendo destino de 14% das importações brasileiras e participação chinesa de 15,25% nas exportações para o Brasil, a China se posiciona como maior parceiro comercial do Brasil em 2010. É preciso observar as principais vantagens competitivas e possíveis complementaridade das duas economias, afim de melhor de compreender tamanha importância do comércio entre os dois países.

O livro de Paul Krugman, “Economia Internacional – Teoria e Política, “ demonstra que o comércio entre dois países pode beneficiar os dois países, caso cada um fique com a tarefa de produzir os bens nos quais possui vantagens comparativas. Esta vantagem comparativa se dá, quando o custo de oportunidade da produção do bem em termos do outro bem é mais baixo do que no outro país.

Ao analisarmos o Brasil, as vantagens comparativas mais óbvias estão ligadas a suas riquezas naturais. Seus recursos naturais compõe a maior parte da exportação para a China.

Como um país tropical, a temperatura brasileira é apropriada para o cultivo durante todo o ano e na maior parte de suas regiões. Por outro lado, quando olhamos para a China, segundo estudo realizado pela Secretaria de Comércio Exterior, apesar de sua grande quantidade de terras, apenas 10% destas são adequadas para a agricultura. Este dado, por si só já representa a grande necessidade de importação de agricultura para a China. Quando levamos em conta a população nacional, de aproximadamente 1,3 bilhão de pessoas, esta necessidade se agrava ainda mais. Desta forma, comprova-se a teoria de Krugman, que afirma que países irão exportar bens cuja produção é intensiva em fatores com os quais eles são favorecidos em abundância. Grãos e sementes representam 23,2% das exportações para a China. Conforme demonstrado na tabela retirada do Informativo da Confederação Nacional da Indústria.

Conforme visto nos capítulos anteriores, há a valorização das comunidades rurais pelo governo chinês, que dificulta a migração da zona rural para urbana. Esta população rural depende da agricultura para sua renda e sobrevivência, por isso o governo chinês vem implantando políticas protecionistas de subsídio a produção de soja, por exemplo. Estas políticas dificultam a importação de produtos agrícolas brasileiros, que se tornam menos competitivos frente a estes incentivos.

Combustíveis minerais representam 13,2% das importações na tabela abaixo. Podemos atribuir isto, primeiramente, à vantagem competitiva do Brasil em relação a estes combustíveis. Segundo o ministério de relações exteriores, o Brasil é pioneiro na tecnologia de extração de etanol a partir de cana de açúcar e é o maior produtor deste combustível no mundo. Isto se deve ao fato de que, o combustível extraído da cana de açúcar é o que tem melhor custo benefício, quando se olha para a produtividade versus o preço.

Além da vantagem comparativa brasileira, pode-se somar fatores importante de demanda para este produto. Segundo o instituto Ibmec, a China tem o mercado automobilístico que mais cresce no mundo, além disso, a crescente preocupação com a poluição faz com que a China tente, cada vez mais, substituir a gasolina por álcool.

O produto de maior representatividade nas exportações para a China é o minério. Com o forte e rápido crescimento da economia da China nos últimos anos vastamente descritos nos capítulos anteriores, a demanda por aço é cada vez maior. E o Brasil, tem como importante vantagem competitiva a eficiência na extração e comercialização deste minério, feita principalmente pela empresa Vale do Rio Doce.

Figura 7:

Principais capítulos exportados pelo Brasil para a China		
Cap.	Descrição	No ano 2010 Part. %
TOTAL		100,0
SUBTOTAL		99,1
26	Minérios, escórias e cinzas	44,3
12	Sementes e frutos oleaginosos, Grãos, sementes, etc.	23,2
27	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. cêras minerais	13,2
47	Pastas de madeira ou materias fibrosas celulosicas, etc.	3,7
88	Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc. e suas partes	1,2
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1,1
39	Plásticos e suas obras	0,5
72	Ferro fundido, ferro e aço	1,8
74	Cobre e suas obras	0,7
15	Gorduras, óleos e cêras animais ou vegetais, etc.	2,6
Fonte: Elaborado a partir das informações da Secex/MDIC		

Pode-se observar também o outro lado da moeda, onde é necessária a identificação das principais vantagens comparativas chinesas para justificar os produtos de maior peso nas importações para o Brasil. É interessante verificar que grande parte das características da economia chinesa descritas nos capítulos anteriores, serão importantes para esta análise.

A s vantagens comparativas mais relevantes para a China, são todas derivadas de sua vasta população e força de trabalho. Com vasta mão de obra e escassez de recursos naturais, os produtos intensivos em mão de obra são a principal e mais importante vantagem comparativa do país. Além é claro, desta mão de obra estar se tornando cada vez mais produtiva, conforme estudado no capítulo 4.

Pode-se observar portanto, que a maior parte dos produtos importados da China para o Brasil são manufaturas intensivas em mão de obra.

Figura 8:

Principais capítulos importados pelo Brasil da China		
Cap.	Descrição	No ano 2010 Part. %
TOTAL		100,0
SUBTOTAL		91,0
85	Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc	31,2
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos	22,0
29	Produtos químicos orgânicos	5,0
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	3,6
87	Veículos automoveis, tratores, etc. suas partes/acessórios	2,6
72	Ferro fundido, ferro e aço	4,7
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2,5
60	Tecidos de malha	1,8
39	Plásticos e suas obras	2,0
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1,7
Fonte: Elaborado a partir das informações da Secex/MDIC		

É possível concluir , portanto, que nesta relação comercial, cada país exporta os bens cuja produção é intensiva em fatores com os quais eles são favorecidos em

abundância. Portanto o Brasil irá focar em produtos relacionados a seus recursos naturais, e a China em produtos de mão de obra intensivos. Desta forma, os dois países de ganhos de eficiência pelo mercado internacional. Importando daquele que tem maior vantagem competitiva para produção de determinado produto, e exportando o que tem de melhor para oferecer. Podendo assim focar em suas principais vantagens e complementar sua economia com produtos do exterior.

É possível verificar que como a mão de obra é uma importante vantagem competitiva para a economia chinesa e para viabilização de sua posição como exportadora de produtos intensivos em mão de obra, o aumento do seu custo e principalmente a escassez de força de trabalho, como explicado no capítulo3, podem ter efeitos negativos sobre a relação comercial entre a China e o Brasil.

Conclusão

Durante os anos 80 e 90, a China era caracterizada como um país onde a mão de obra era mais barata do que na maior parte dos outros países. Isto vem sendo uma vantagem competitiva do país desde então em suas relações com outras economias, inclusive o Brasil.

Por conta de mudanças institucionais que alteraram o mercado de trabalho, transições demográficas e transações importantes na migração rural para área urbana, é possível identificar que esta realidade está mudando. Sugerindo assim, uma possível necessidade de mudança na estrutura econômica chinesa, para que suas altas taxas de crescimento se mantenham.

Por outro lado, verificamos também que a mão de obra está cada vez mais produtiva, com aumento de retornos a educação e salários ligados à produtividade. Com isto, a vantagem comparativa da economia chinesa está mudando.

Conforme descrito no estudo de Hongbin Li, Lei Li, Binzhen Wu e Yanyan Xiong, se a China conseguir aumentar a qualidade de sua educação e criar políticas de fomento ao empreendedorismo e inovação, a China poderá alcançar os patamares de países como o Japão e a China, que são referência em produtos manufaturados inovadores e de alto valor. Conseguindo assim, se manter como o maior parceiro comercial do Brasil e como uma potência mundial.

Referencias bibliográficas

- Akamatsu, Kaname. 1962. “A Historical Pattern of Economic Growth in Developing Countries.” *The Developing Economies* 1(1): 3 –25.
- Ashton, Basil, Kenneth Hill, Alan Piazza, and Robin Zeitz. 1984. “Famine in China, 1958 – 61.” *Population and Development Review* 10(4): 613 – 45.
- Banister, Judith. 1987. *China’s Changing Population*, pp. 85 –118. Stanford, California: Stanford University Press.
- Bernstein, Aaron. 2004. “Shaking Up Trade Theory.” *Business Week*, December 6. http://www.businessweek.com/magazine/content/04_49/b3911408.htm.
- Cai, Fang, and Meiyang Wang. 2010. “Growth and Structural Changes in Employment in Transition China.” *Journal of Comparative Economics* 38(1): 71– 81.
- Cao, Yuanzheng, Yingyi Qian, and Barry R. Weingast. 1999. “From Federalism, Chinese Style to Privatization, Chinese Style.” *Economics of Transition* 7(1): 103 –131.
- Ceglowski, Janet, and Stephen Golub. 2007. “Just How Low Are China’s Labour Costs?” *World Economy* 30(4): 597– 617.
- Hongbin Li, Lei Li, Binzhen Wu and Yanya Xiong, 2012. “End of Cheap Chinese Labor” *Journal of Economic Perspectives* 26(4): 57-74.
- KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional – Teoria e Política*. São Paulo: Pearson Education do Brasil. Quinta edição, 2001
- Ribeiro, Fernando; POURCHET, Henry. *O perfil do comércio Brasil-China*. RBCE, N79.

LANDIM, Raquel. Proteção contra concorrente chinês divide a indústria. Valor Econômico, 15 de maio de 2006.

Tang, Charles A. Brasil e China: Uma parceria estratégica e comercial. Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China.

Brasil, Marca de Excelência – Brasil-China: Uma aliança estratégica de longo alcance. Ministério das relações Exteriores.

China: Intercâmbio comercial, tarifas aduaneiras, barreiras em bens e serviços e compromissos na acesso à OMC. Secretaria de Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Fevereiro de 2002.

de Brauw, Alan, Jikun Huang, Scott Rozelle, Linxiu Zhang, and Yigang Zhang. 2002. “The Evolution of China’s Rural Labor Markets during the Reforms.” *Journal of Comparative Economics* 30(2):329 – 53.

Economist, The. 2011. “China’s Population: The Most Surprising Demographic Crisis: A New Census Raises Questions about the Future of China’s One-Child Policy.” May 5. <http://www.economist.com/node/18651512>

.

Fleisher, Belton M., and Xiaojun Wang. 2004. “Skill Differentials, Return to Schooling, and Market Segmentation in a Transition Economy: The Case of Mainland China.” *Journal of Development Economics* 73(2004): 315 –28.

Greenwood, Jeremy, and Ananth Seshadri. 2002. “The U.S. Demographic Transition.” *American Economic Review* 92(2): 153 – 59. Hanson, Gordon H. 1996. “Localization Economies, Vertical Organization, and Trade.” *American Economic Review* 86(5): 1266 –78.

Hanson, Gordon H. 2001. “U.S.–Mexico Integration and Regional Economies: Evidence from Border-City Pairs.” *Journal of Urban Economics* 50(2): 259 – 87.

Krugman, Paul. 1991. "History and Industry Location: The Case of the Manufacturing Belt." *American Economic Review* 81(2): 80 – 83.

Button, Graham. 2011. "China's One Child Policy and the Population Explosion." *Indian Journal of Economics & Business* 10(4): 467-480

Informativo da Confederação Nacional da Indústria, 2011. "Integração Internacional." http://www.fiemt.com.br/site/arquivos/755_integracao_internacional_jun11.pdf